



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA (22ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos treze dias do mês de julho do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Segunda (22ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 08 de julho de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Primeira (21ª) Sessão Ordinária, realizada em 06 de julho de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 83, de 2015, de autoria do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, “dando denominação à rua projetada 04, localizada no Residencial Villa Toscana, no município de Mogi Mirim, de Rua Duzolina Gardinalli Francioso, por ser seu prolongamento natural”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 89, de 2015, de autoria do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, “estabelecendo horário de tráfego dos veículos de transporte de valores denominados ‘carros-fortes’, no Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2015, do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 61/2015, datada de 06/07/2015, objeto do Ofício nº 61/2015, de igual data, “dispondo sobre aprovação do plano de urbanização do loteamento denominado Jardim Carlos Gomes, no município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 294 e 295, de 2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta à Casa cópia das alterações contratuais e empenhos da empresa Paris Administração e Serviços Ltda.” e “seja oficiado o Prefeito de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta à Casa cópia da ação ordinária de indenização por danos morais, impetrada pela Construrban Engenharia e Construções Ltda. contra o município”; nº 296, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para que regularize a entrega de correspondência no Residencial Flores do Campo”; nº 297, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o senhor Dalto Fávero, Diretor Geral da Agência Reguladora das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Ares-PCJ para que participe da audiência pública, agendada para o dia 13 de agosto, às 19 horas, no plenário da Câmara, para debates sobre a autossuficiência do SAAE”; nºs. 298, 299 e 306, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o atraso do pagamento à Viação Santa Cruz, referente à Tarifa Social, o qual impossibilita os usuários de fazerem a recarga do cartão”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a programação de limpeza e manutenção na calha do Córrego Santo Antônio” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a reinstalação de playground, na praça, localizada na Rua Primo Dexter, localizada no Bairro Guaçu-Mirim”; nº 300, de 2015, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a possibilidade de implantação do REFIS, ou seja, a criação de um programa de negociação e renegociação, destinado aos cidadãos, em dívida junto à Prefeitura Municipal, no período de outubro a dezembro de 2015”; nº 301, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que junto à concessionária de energia Elektro, envie à Casa o cronograma e os locais, onde serão atendidos os duzentos e vinte pontos para manutenção no município, através do acordo realizado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entre Prefeitura e concessionária”; nº 303, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o protocolo nº 8659/2015, para melhorias no sistema de escoamento de águas pluviais, na Avenida Brasil”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 302, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “implantação de dispositivo redutor de velocidade na Avenida Governador Adhemar Pereira de Barros, localizada no Parque da Imprensa”; nºs 303, 304 e 305, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “patrolamento e cascalhamento na Rua dr. Alexandre Coelho Junior e parte baixa da Rua Vicente Pereira Lima, nas Chácaras Planalto Bela Vista, no Bairro Garcez”, “operação tapa-buracos, ou recapeamento na Rua José Guarnieri, e cruzamento com Rua José do A. Mello, no Jardim Sylvania” e “substituição de lâmpadas queimadas na Rua João Carlos da Cunha Canto, no Jardim Nazareth”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 57, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, para com a equipe Free Play de Natação, representante de Mogi Mirim nos Jogos Regionais de São José do Rio Pardo, pela conquista do terceiro lugar geral, no masculino, e pelo quarto lugar geral, no feminino, com um total de trinta e nove medalhas, na competição”; nº 58, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria Estela Gonçalves Soares, ocorrido em 05 de julho de 2015”; nº 59, de 2015, do Vereador Benedito José do Couto, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, para com os pastores de Mogi Mirim, pela realização o I Encontro de Líderes Evangélicos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, datados de 06 de julho de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação n.º 269/2015; Indicação n.º 272/2015; Requerimento n.º 207/2015; Indicação n.º 234/2015; Requerimento n.º 208/2015; Requerimento n.º 209/2015; Requerimento n.º 253/2015; Requerimento n.º 247/2015; Requerimento n.º 244/2015; Requerimento n.º 240/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Os primeiros inscritos, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy e Daniel Gasparini dos Santos, desistiram da palavra. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que, inicialmente, convidou a todos, para que participassem da Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, uma ação da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a UVESP - União de Vereadores do Estado de São Paulo, Rede Lucy Montoro e apoio do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência – CEAPcD, realizada com o objetivo de mobilizar e conscientizar a sociedade para a necessidade de consolidação de políticas públicas inclusivas, que contemplassem os direitos de todas as pessoas com deficiência e beneficiassem toda a população. Informou que a caravana estaria em Mogi Mirim no dia 07 de agosto próximo e que, o evento teria lugar no prédio, anteriormente, ocupado pela Rede Lucy Montoro. “Não foi evento fácil de trazer para Mogi Mirim, porque é um evento grande, organizado pelo Governo do Estado, é muito importante a participação dos vereadores, em geral, pois em todas as cidades, por onde passou, a caravana trouxe conhecimento aos vereadores e a cidade evoluiu e muito nas questões de acessibilidade”, completou.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Depois, versou acerca da lei, aprovada em 06 de julho corrente, que criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, colocando que se tratava de instrumento muito importante, que trazia assuntos polêmicos à tona, que concedia direitos e assegurava a utilização do FGTS na aquisição de próteses, dentre outras disposições. “Como sabem, apresentei a lei, que obriga que o carnê do IPTU esteja em escrita Braile, para todos os munícipes, pois quero que todos tenham acesso à escrita Braile, sejam pessoas deficientes, ou não, porque traz benefícios, mas me foi trazido, que nosso município não tem dinheiro para tanto, e muitos questionavam os custos no orçamento, para aplicação da lei, logo, os membros da Comissão de Finanças e Orçamento trouxeram uma sugestão, que pretendo desenvolver, que é aplicar a escrita Braile, nos carnês, de maneira escalonada, ou seja, primeiro, os deficientes visuais, e, num segundo momento, depois de certo prazo, a adequação total do município, até que todos os carnês sejam impressos em sistema Braile; é a realidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz tal disposição e nossa cidade tem que avançar neste sentido, pois estamos distantes ainda, daquilo que é o necessário, para que a pessoa com deficiência tenha autonomia e eu conto com apoio de todos”, esclareceu e finalizou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Este noticiou a construção de trezentas habitações, no município, através do programa Minha Casa/Minha Vida, a serem edificadas no final da Avenida Expedito Quartieri, zona leste, e pediu que as quinhentas e setenta e três famílias, cadastradas e já pontuadas, pela prefeitura, comparecessem no dia 18 de julho do corrente ano, no Ginásio do Tucurão, para o sorteio transparente das trezentas unidades. Por fim, agradeceu aos vereadores que haviam assinado com ele requerimento, solicitando ao prefeito o Refis, para os meses de outubro a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dezembro, haja vista que eram muitos os inadimplentes na cidade, sendo esta, a oportunidade de quitação de dívidas. “Esperamos que o prefeito acate o pedido e faça o REFIS”, finalizou. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente da Casa, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou aos vereadores, que apresentassem, através de projeto de decreto legislativo, os nomes dos escolhidos, para outorga de título de Cidadão Mogimiriano, com entrega prevista para o segundo semestre do ano, em curso. Ato contínuo, concedeu a palavra ao Vereador Cinoê Duzo. Este, desde logo, rogou por um Minuto de Silêncio em memória de sua mãe, Dona Luzia, falecida há seis meses. O pedido foi aprovado, por todos, e cumprido, com todos os vereadores em pé. Agradeceu e rogou a Deus que abençoasse todas as mães. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto. O Vereador agradeceu a presença do Pastor Roberto da Silva Bueno, da Igreja Assembleia de Deus – Ministério Belém, inscrito em Tribuna Livre, e dos demais pastores e irmãos evangélicos presentes, os quais prestigiavam os trabalhos, e, ato contínuo, requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”*, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Prosseguindo, com seu discurso, o Vereador Benedito narrou reunião que tivera com o Secretário Estadual de Cultura e Turismo, Roberto Delucena, para protocolar pedidos, os quais entendia como viáveis para a cidade, informando, que das várias solicitações apresentadas, conseguira protocolar projeto, com grandes chances de conseguir viabilizá-lo, ou seja, o Programa Turismo do Saber, projeto que reunia lazer e turismo, voltado para as crianças da escola pública, para conhecimento de novos lugares e culturas, viajando para outras localidades. Também, comentou indicação, apresentada semana passada, para a troca de lâmpadas convencionais, pelas lâmpadas de LED. “Sei que o município não está trocando nem as convencionais, mas, mesmo em crise, temos que lutar pela cidade, pensar no futuro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e na economia, pois as lâmpadas de LED reduzem até 70% o consumo e duram seis vezes mais, que as convencionais, portanto, vou cobrar, para que a prefeitura comece a planejar este investimento, que vai trazer segurança e econômica para a comunidade”, colocou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que teceu comentários sobre a audiência pública, de sua iniciativa, realizada no dia 08 de julho, na Câmara, para debates em torno do plano de perdas do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim. Agradeceu a presença dos vereadores que lhe haviam prestigiado, além da presença do presidente do SAAE, Luciano de Godoy Lopes, e sua equipe técnica, bem como as presenças dos ex-presidentes da autarquia, Srs. Neyroberto Silva e Rosandra Bronzatto, sem se esquecer dos munícipes. “Não ficamos apenas na discussão do plano de perdas, mas falamos sobre outros pontos, e o Presidente Luciano e sua equipe técnica puderam responder as perguntas, com tranquilidade, mostrando que a equipe do SAAE tem competência para resolver os problemas do dia a dia, como foi o caso do problema da Avenida da Saúde, quinhentos metros de tubulação, que foram trocados, e o problema foi resolvido; se dermos condições ao SAAE, certamente, a autarquia vai desempenhar suas funções a contento, não só com o tratamento água à população, mas também a redução de perdas, que hoje chegam a 45%, logo, o reajuste de 17.67% dará condições ao SAAE de executar as reduções; estas foram informações, que tivemos na audiência e que enriquecem nosso conhecimento a respeito do SAAE; o SAAE não paga muitos impostos ao município e, numa possível parceria-público-privada – PPP, a empresa privada vai arcar com esses custos e repassá-los, certamente, à população, portanto, são detalhes de suma importância, levantados pelo Neyroberto, e o Luciano concordou com a teoria, logo, temos que ter cuidado, porque o SAAE tem condições e pode fazer planejamento adequado”, explicou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que completou o assunto trazido pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antônio Pires Gonçalves, sobre a importância dos selecionados para o programa Minha Casa/Minha Vida estarem presentes no dia 18 próximo, no Ginásio do Tucuruão, para o sorteio das trezentas unidades habitacionais. “Se o selecionado não estiver presente, não vai participar do sorteio, a entrada será às 8 horas e depois se fecha o portão; todos têm que estar presentes, para participar do sorteio e deve procurar a listagem, no Jornal Oficial de Mogi Mirim, porque algumas pessoas não passaram no primeiro crivo, na avaliação, em cima das informações prestadas”, completou. Depois, falou sobre outro assunto importante, que era a atualização do Cartão SUS. “A população deve respeitar a questão da atualização do Cartão SUS e, para facilitar, os formulários, para atualização, estarão à disposição nas UBSs, e eu reforço, porque se o cidadão precisar de uma consulta médica, na rede pública, sem o cartão, ele não vai conseguir, portanto, procurem o formulário, para se atualizarem”, endossou. Na sequência, também complementou as palavras do Vereador Luiz Guarnieri, a respeito das audiências que estavam sendo feitas, para discussão de assuntos relativos ao SAAE. “As audiências sobre o SAAE, haja vista o aumento da conta, são para que população e os vereadores possam entender qual a realidade da cidade e o que pode ocorrer, futuramente; apenas cinco, ou seis vereadores estiveram presentes, mas quem compareceu, saiu daqui, ciente de como funciona o SAAE, na cidade, e compreendendo o que pesa na conta, ou seja, os insumos, os investimentos, que são programados dentro das necessidades futuras, e o pagamento da dívida da SESAMM, que é reajustada, em março, quando o aumento da conta se dá, em agosto, e o gasto de março a agosto, simplesmente, esvazia bastante o caixa do SAAE, e isto reforça a nossa preocupação, com novas concessões, pois acreditamos que o SAAE tem plenas condições de atuar nas necessidades do município, com seus funcionários e com o fluxo financeiro, que entra”, aclarou. Para concluir, convidou a todos para a próxima audiência pública, para debates em torno do mesmo assunto, agendada para 30 de julho. A seguir, fez uso da palavra o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Luís Roberto Tavares, que, desde logo, deu boas-vindas aos pastores evangélicos presentes e os parabenizou pelo encontro de líderes evangélicos, realizado no último final de semana. Parabenizou também o Treinamento de Lideranças Cristãs – TLC, da Igreja Católica Apostólica Romana, pelo treinamento, realizado no final de semana e que, reuniu cerca vinte jovens, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, para formação de líderes cristãos. O vereador falou também sobre o REFIS, objeto do requerimento do Vereador presidente, relatando que tinha apresentando pedido semelhante, no início do ano, com a expectativa de ser atendido, pois muitas pessoas tinham dívidas, desejavam negociar, mas os juros eram altos, e, nessas negociações do REFIS, os juros eram retirados, permitindo um melhor acordo entre as partes. Desejou que o requerimento do Vereador João Gonçalves fosse atendido, pelo prefeito. O vereador abordou ainda, o anúncio das trezentas unidades habitacionais do programa Minha Casa/Minha Vida, lamentando que muitos munícipes não tivessem sido selecionados e disse que iria averiguar o porquê. Reforçou a chamada dos quinhentos e setenta e três selecionados para o sorteio, para que estivessem presentes no dia 18, no Ginásio do Tucurão, e chamou a atenção de todos para os problemas de urbanização e infraestrutura, que se iniciariam, quando as residências estivessem concluídas e habitadas. “Os apartamentos serão construídos na zona leste, na Avenida Expedito Quartieri, e, hoje em dia, o trânsito já é carregado por lá, e será pior, com as edificações e a nova população, que lá, vai residir, portanto, convido a todos para irmos à Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, para sabermos melhor sobre isso, porque, quando estiverem prontas as casas e as pessoas estiverem morando no bairro, o trânsito terá problemas e a minha sugestão, já colocada no orçamento, é prolongar a Rua Francesco Importa, propiciando uma saída direta, pela parte baixa das Chácaras Ypê, até a Rodovia SP – 147, e eu espero, que a secretaria esteja resolvendo isso, desde logo”, concluiu. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que passou a relembrar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assunto da Máfia do ISS. “Em janeiro de 2014, foi feita uma denúncia, pela empresa Sigcorp, empresa responsável pela emissão da Nota Fiscal Eletrônica, em Mogi Mirim, uma denúncia de pedido de propina, para renovação do contrato, e, logo após a denúncia, esta Casa criou uma comissão especial de vereadores, para acompanhamento da situação; imediatamente, três auditores municipais, senhores Eduardo Brandão, Dantas e Oliveira, foram envolvidos na denúncia, para tirar o foco de um suposto caso de corrupção; a promotoria também foi envolvida, arquivou a denúncia da Máfia do ISS, da qual se dizia, tinham surrupiado trinta milhões de reais; acusaram os três auditores concursados, de terem sumido com os trinta milhões de reais, e a promotoria arquivou a denúncia, e esta Casa, através da comissão, acompanhou e pediu a retratação pública da administração, porque não houve sumiço de trinta milhões, esta foi a conclusão a que chegou a comissão, que presidi. Dois desses três auditores foram exonerados, haja vista que o prefeito não acolheu o parecer da comissão de sindicância da administração, que também foi pelo arquivamento da denúncia, portanto, vereadores, o Prefeito Luís Gustavo Stupp não acolheu a prova e exonerou os dois funcionários e é este, então, o modelo desta administração, ou seja, a perseguição; a cada cento e vinte dias, os responsáveis pela administração criavam um fato; houve um problema com a Unimed, e ele passou a ser o foco; o prefeito, para mantê-los afastados, criava fatos, até que chegou à exoneração dos funcionários, por quebra de confiança e, nas nossas leis trabalhistas, não existe tal penalidade, o máximo é retirar o FG, mas não a exoneração, e há o descrédito, que a administração encontra nas ruas, pois existe motivo, porque é absurdo o que fazem, perseguição tamanha, que não leva em conta nada”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que falou a respeito de suas proposituras, especialmente, pedido para limpeza da calha do Córrego Santo Antônio, pois fora feita a limpeza somente na lateral. Também, a solicitação de informações quanto aos cartões de Tarifa Social, porque eram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

muitas as reclamações de pessoas, que não estavam conseguindo fazer a recarga do cartão, e o vereador obtivera a informação de que a dificuldade advinha do atraso no pagamento à Viação Santa Cruz, concessionária do transporte coletivo urbano. Por fim, o vereador requereu a reinstalação dos brinquedos no parque infantil, na praça, localizada no Jardim Guaçu Mirim. Também fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que completou as palavras da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, relativas à sindicância da famosa Máfia do ISS, para a qual tinham sido feitas investigações, em todos os âmbitos. Afirmou que tinha conversado com alguns citados e, sinceramente, demonstravam inocência; que era lamentável o que tinha acontecido, pois se tratavam de funcionários de carreira, conhecidos, sensatos e trabalhadores, que tinham sofrido essa perseguição, não se sabia se polícia, ou outro caso, mas existente; que, certamente, os funcionários inocentes e exonerados iriam ingressar na Justiça e ganhariam a causa, porque, verdadeiramente, nada tinha sido encontrado contra os acusados, de que estivessem envolvidos em falcatruas, absolutamente, nada; que os funcionários, depois de certo tempo, seriam reintegrados aos quadros da administração e receberiam todos os salários atrasados, com juros e correção; que seria a população a pagar mais esta roubada. “Eu disse, que um dia sentiriam saudades de Carlos Nelson Bueno; essas coisas acontecem em outras cidades também, ou seja, eleição de prefeitos incapazes e incompetentes e, ano vindouro, teremos novas eleições e continua a população a ser enganada, então, como dizia o vereador Módena, vamos ‘a ver’ se a população vai aprender com os tropeços, porque não adianta achar que é administrador, ou querer ser, o prefeito tem que ter pessoas capacitadas na equipe de trabalho, e eu peço que a população analise os governos e, quem sabe, nas próximas eleições, tenhamos outro tipo de pessoas eleitas, desta vez, com competência e que saibam administrar”, finalizou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio que, primeiramente, cumprimentou o grupo de pastores,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presente nas galerias. Depois abordou dois assuntos, o primeiro, retomou as críticas ao jogador Rivaldo, que havia dito, que os vereadores deveriam comprar ingressos e revertê-los, em cestas básicas, e havia citado ainda, o Jardim Planalto. “Temos várias famílias atendidas pelos programas dos governos municipal e estadual e eu sugiro a ele, que troque o ingresso por alimentos não perecíveis, pois ele iria lotar o estádio; ele disse que os vereadores queriam fazer campanha em cima de seu nome, eu digo a ele, que me elegi sem isso, e ele disse que tinha pareceres de juízes, contrários ao tombamento, que esta Câmara aprovou; ele foi bom jogador, mas não está mais na mídia, tem dinheiro, mas isso não dá o direito a ele, de falar o que quer, porque ele deve respeitar as pessoas e, quando tiver interesse de beneficiar a cidade, minha relação e a relação de muitos vai mudar com relação a ele”, explicou. Para finalizar, falou sobre a audiência pública para debates em torno do plano de perdas do SAAE. “Foi falado sobre SESAMM, folha de pagamento e fundo de investimento e a vereadora me perdoe a franqueza, mas folha de pagamento e SESAMM sabemos que são gastos enormes do SAAE, e muitos falam que o SAAE não precisa ser privatizado, mas não deram conta, que se trata de parceria público-privada, portanto, se a parceria público-privada for aberta e for para a melhoria do SAAE, eu concordo com ela”, sublinhou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que, desde logo, agradeceu a presença dos pastores evangélicos, nas galerias, bem como a do ex-vereador Rogério Esperança. Ato contínuo, discorreu sobre o REFIS, assunto objeto do requerimento do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, lembrando que também ele, ao lado do Vereador Leonardo Zaniboni, atual Secretário de Captação, solicitara o benefício, logo no primeiro ano da atual legislatura, com parcelamento em duzentas vezes, para os munícipes. “Os moradores do Jardim Planalto e outros bairros devem valores de vinte, trinta mil, até cem mil reais, e vem o aumento da água, para esta população, que já não está conseguindo pagar o mínimo pela conta d’água, então, quem sabe o presidente do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SAAE coloque a mão na consciência e conceda anistia a esta população, pois, caso contrário, não conseguirão pagar nunca”, explicou. Também falou sobre o Parque das Laranjeiras e sobre o Domênico Bianchi, loteamentos ainda irregulares, e reforçou seu pedido, feito na semana passada, para retorno das atividades da Comissão Especial para Acompanhamento dos Loteamentos Irregulares, visando acelerar o trâmite da documentação, relativa à regularização, que estava estacionada no programa Cidade Legal, em São Paulo, e convidou os vereadores do PSDB, Maria Helena e Osvaldo Quaglio, PSDB, para que intercedessem, pois já havia muito tempo a documentação estava em trâmite. “Sem esta documentação, podemos fechar a Câmara e acabar com tudo, porque foi criada a comissão e nada foi resolvido, vereador monta a comissão para aparecer, politicamente, não se concluiu nada; é véspera de ano eleitoral, já vemos pessoas se colocando como candidatos a prefeito, e a população precisa cobrar destes, onde estão os projetos, o que tais vereadores fizeram, de fato, pela cidade”, desabafou. Prosseguiu, falando sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP. “Eu não minto, já disse que estou arrependido, por ter votado favorável à CIP, já disse e repito, eu explico, que quando foi feita a reunião, foram ditas muitas promessas, sobre deixar a cidade bem, mas, agora, vemos o empurra-empurra entre Elektro e prefeitura, e a tendência é piorar, são muitas lâmpadas queimadas e ninguém reage, falam de taxa e aumento, mas não resolvem a escuridão! Temos que cobrar o prefeito, a administração, a promotoria e vereadores que batem na tribuna e não solucionam nada”, frisou e concluiu. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, deu ciência, através de leitura, dos **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO n°s 04 (quatro) e 05 (cinco), de 2015, para SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS** da Câmara Municipal, a realizarem-se na data, 06 de julho de 2015, logo após o encerramento da (21^a) Vigésima Primeira Sessão Ordinária, em curso, consecutivas, destinadas, respectivamente, na “Ordem do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Dia”, à discussão e votação da seguinte matéria: ITEM ÚNICO: “ex-vi” do disposto no Artigo 208, § 7º do Regimento Interno: EM PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “estabelecendo as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2016 e dando outras providências”, com parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, ficando, pois, todos os Vereadores convocados. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20 horas, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No interstício, conforme requerimento verbal do Vereador Benedito José do Couto, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “TRIBUNA LIVRE” e deu ciência à Casa da existência de dois oradores regularmente inscritos, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse no Plenário o primeiro orador, *Pastor Roberto Bueno, que discorreu a respeito do encontro de líderes evangélicos*, e, finda sua participação, em seguida, o Presidente convidou que adentrasse no plenário o, segundo orador, senhor *Jacinto Cardoso, que falou a respeito do fim do político profissional e aumento da tarifa d’água, em 17,67%, pela Agência Reguladora Ares-PCJ*; os discursos foram gravados em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa, por trinta dias. Decorrido o intervalo regimental a que se refere o Artigo 105 da resolução 276/2010, Regimento Interno da Câmara, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “ORDEM DO DIA”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d”, do Artigo 171 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 76, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “dando denominação aos vestiários do Campo Ismael Poletini, de Vestiários JOSÉ GUIDINI (FINA)”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 76/2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 78, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando nova redação ao art. 1º, da Lei Municipal nº 2.891, de 1997, que declara de utilidade pública a Associação da Pessoa com Deficiência de Mogi Mirim”; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 78/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 79, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando nova redação ao Artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.813, de 2009 que declarou de utilidade pública a Associação Jesuíno Marcos Maguila; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 79/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Os primeiros inscritos, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy e Daniel Gasparini dos Santos, desistiram da palavra. Na sequência, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, que destacou a audiência pública sobre o plano de perdas do SAAE e ressaltou que o SAAE era competente para fazer reparos e exercer seus serviços, questionando se era mesmo necessária a parceria público-privada, haja vista a excelente equipe profissional que lá laborava. “Deixar a iniciativa privada tomando conta de algo, que é para o povo, é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

complicado, retirar o contato entre povo e governo municipal e a responsabilidade, preocupa-me e temos que estudar bastante”, completou. Falou também sobre o Complexo Lavapés, lembrando que muitos vereadores trabalhavam pela causa, que o lugar era o cartão-postal da cidade, que tinha sido um espaço muito bonito, no passado. “Morei próximo ao Córrego Lavapés, naquele bairro, e domingo fui passear e o que vi lá é deprimente; acho que o Dirceu Paulino, Secretário de Esporte e Lazer, faz milagres, porque o mato toma conta, aguapés, capivaras, eu contei seis e elas transmitem doenças, carrapatos, um verdadeiro descaso da administração; alguns munícipes vieram e me perguntaram, o que eu poderia fazer e eu fiquei de mãos atacadadas, porque o prefeito deixou a situação chegar naquele ponto, de abandono, então, que, pelo menos, a administração proceda a poda, a limpeza e reparos pequenos e eu deixo um apelo público, pelo Complexo Lavapés, pois nada tem sido feito”, finalizou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que complementou a fala do Presidente, em relação ao esgoto de Mogi Mirim. “Presidente, com todo respeito, só queria complementar, que, na história de Mogi Mirim, outros prefeitos tentaram fazer algo pelo esgoto, mas naquela época, a situação financeira da cidade deixava muito a desejar, o município não conseguiu empréstimo e houve também o risco de intervenção no município, mas o administrador da época foi atrás e conseguiu impedir, quando o orçamento era de apenas vinte e quatro milhões de reais, e, ao fim do século, já alçava oitenta e seis milhões de reais; todas as dívidas foram pagas; havia a possibilidade de esgotos a fundo perdido, mas aqui, foi feita a concessão, que vai ser paga durante trinta anos, elevando a conta da água, principalmente, daqui a seis anos, na fase final, portanto, é algo que a população vai arcar e não aconteceu nem em Itapira, nem Mogi Guaçu”, explicou. Por fim, pediu aos munícipes que ficassem atentos com a mudança na legislação das multas de trânsito, que, desde semana passada, estavam com valores reajustados. Os próximos inscritos, Vereadores Benedito José do Couto e Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares, desistiram da palavra. Discursou na sequência, o Vereador Luiz Guarnieri, que também falou sobre o tratamento de esgotos, relatando que o processo se iniciara no Governo de Carlos Nelson Bueno, que o então prefeito tinha antecipado uma das etapas, o que tinha gerado o aumento de custos para o SAAE. “O Presidente do SAAE, Luciano, concordou com isso e o Ernani Gragnanello está comentando, que houve um aumento de custos, em virtude daquilo que estava postergado, ter sido adiantado”, sublinhou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que cumprimentou os atletas e técnicos que estavam se preparando para os Jogos Regionais. Agradeceu o apoio que estava recebendo à sua pré-candidatura e se disse pasmo, com a fala do chefe de governo, que dissera que as promessas de campanha estavam sendo cumpridas, dizendo que ele era outro Pinóquio. “Desejo uma cidade melhor, o que está aí, não pode continuar, que Mogi Mirim volte aos trilhos”, completou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que denunciou o fechamento das creches municipais, por uma semana, para que fosse feita economia, com merenda escolar. “Eu não quero acreditar, mas a informação que eu tive é a de que a Secretária de Educação fechou os CEMPIs, por uma semana, para economizar na merenda e não é possível que isto seja verdade, pois como ficam as crianças, cujos pais trabalham?”, questionou e encerrou participação. O próximo inscrito, Vereador Jorge Setoguchi, desistiu do uso da palavra. Discursou, ato contínuo, o Vereador Osvaldo Quaglio. “Ouvi sobre o Zerão – Complexo Lavapés e eu acho muito estranho, o fato da revitalização do complexo não ter se iniciado; sabemos que a bancada do PPS conseguiu uma verba estadual, que já está depositada e ainda não se iniciou a revitalização, será que vão deixar para 2016? Quem administra a verba é a Secretaria de Obras, mas quem entende desses assuntos, de fato, é a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e eu questiono o porquê disto; não digo que o pessoal da Secretaria de Obras seja incompetente, mas engenheiros agrônomos devem gerir



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

este serviço, devem se engajar na obra, são os profissionais especialistas neste tipo de obra; eu disse ao prefeito para tomar cuidado, porque o desassoreamento é coisa séria, precisa saber fazer; a verba deve estar guardada, esperando, o que é, realmente, coisa estranha, mas vamos ficar atentos à revitalização e eu sugiro ao Vereador Laércio Pires, que conseguiu a verba, que a fiscalize, porque esta obra é sistemática e se não for feita dentro de padrões, será um desserviço e já vimos tais exemplos, no passado”, aclarou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Disse, inicialmente, falando sobre as parcerias públicos provadas e provocou o ex-presidente do PT, Ernani Gragnanello, o Batman, porque ele reclamava, mas não contava ao povo, onde o esgoto era jogado, anteriormente ao tratamento. Sobre a Tribuna Livre, disse que a Presidente do Conselho, Rosemary da Silva, havia pedido a suspensão da equoterapia, questionou se a comunidade era mesmo bem representada através dos conselhos municipais e pediu aos integrantes, que lessem com mais atenção e se atentassem ao que falavam, para que não se tornassem “bonequinhos”, tais como Jacinto Cardoso, o orador da Tribuna Livre. Por fim, falou de sua vida política. “Já estou filiado em outro partido, assumi a presidência provisória do PROS, estou contente, tenho autonomia nas decisões, em esfera municipal; tinha idealismo, quando estava no PT, mas presenciei o mau caráter de Ernani e Rosana Caveanha, que detêm o partido para si e não deixam que o partido se desenvolva; a disputa entre eles e eu gerou minha saída, por incompatibilidade, fui expulso, e outros filiados saíram, no passado, como Marcia Masotti e Gérson Rossi, por exemplo, porque todos nós somos ruins, só Ernani é bom, logo, sou o mais novo integrante do PROS e convido que se filiem, pois os filiados terão autonomia”, comunicou e concluiu. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h50, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir,
devidamente assinada.

CMM